

## Panorama Político Brasileiro 2014

fevereiro de 2015

### INTRODUÇÃO

De forma similar ao início de seu primeiro mandato, a presidente Dilma Rousseff comandou o Brasil em 2014 em um cenário marcado pela **instabilidade da base aliada**, ampliada pela realização das Eleições que deram a tônica das negociações político-partidárias e acirraram os ânimos políticos em torno de uma reeleição muito apertada. Apesar dos problemas enfrentados e o crescimento da infidelidade dos partidos da base nas votações contra os interesses do Planalto (de 11% em 2011 para 34% em 2014), mais uma vez o Governo Dilma conseguiu manter a governabilidade do País ao longo do período, entretanto, mostrando sustentação política cada vez mais frágil e desgastada em um ambiente desfavorável em função da ampliação das denúncias de corrupção envolvendo a Petrobrás e de baixo crescimento econômico.

O início de 2014 foi crítico para a Presidente em função do atraso na conclusão da **reforma ministerial pré-eleitoral** que contribuiu para a instabilidade da condução política do Governo ao instigar o apetite dos partidos da base quanto aos postos de primeiro escalão. Como efeito, esses partidos passaram a impor dificuldades aos interesses do Planalto no Congresso Nacional como forma de pressão por mais cargos na Esplanada e liberação de verbas para emendas de seus parlamentares.

Nesse contexto, o Planalto foi surpreendido ainda com a criação de um grupo de deputados de partidos aliados, como o PMDB, PROS, PTB, PR, PP, PDT, SD e PSC, que declarou independência com relação ao Governo. A atuação do chamado “**Blocão**” foi decisiva na continuidade das investigações da Petrobrás, bem como na convocação de ministros para darem explicações sobre ações frente às pastas e denúncias que envolveram nomes ligados ao Executivo. Todavia, o grupo perdeu força e foi encerrado após anúncio de liberação de emendas parlamentares.

O processo de distribuição dos Ministérios gerou descontentamento em lideranças de diversos partidos de grande importância, como o **PMDB**, seu principal aliado, além do **PP**, **PR** e **PRB**. Em meio à formação das alianças eleitorais, o Palácio do Planalto teve bastante trabalho para manter a coesão da aliança que apresentava possibilidade de cisão em diversos partidos, sendo ainda surpreendido com a manifestação de apoio do **PTB** a **Aécio Neves** (PSDB-MG), em detrimento à Dilma.

As definições das alianças eleitorais expuseram também a **diversidade de posicionamento**

#### Partidos rachados no apoio à reeleição de Dilma

Durante as convenções partidárias para definição das alianças nacionais para as eleições, ganharam notoriedade as convenções nacionais do **PMDB** – que contou com apenas 59% de aprovação ao apoio do partido à reeleição de Dilma; e do **PP** – que viveu grande polêmica em função da decisão quanto ao apoio à reeleição ter sido tomada exclusivamente pela diretoria nacional, em meio a protestos, principalmente, das bancadas de MG e RS.

**dos partidos nos estados**, que formaram um complexo quadro eleitoral. Nesse contexto, partidos alinhados nacionalmente à eleição da presidente Dilma concorreram contra o PT em diversos estados, com maior destaque para **Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul**, que contaram, respectivamente, com a degradação da relação com o PMDB carioca e a tentativa de reeleição de Tarso Genro contra candidatos de três partidos aliados nacionalmente ao PT.

Ainda no plano eleitoral, teve destaque também a **crise interna do PT** quanto à confirmação do nome de Dilma Rousseff à reeleição. Sentindo o desgaste da presidente evidenciado nas pesquisas eleitorais, o nome do ex-presidente Lula foi cogitado para substituir Dilma como candidato do partido à Presidência em diversos momentos, mesmo após o resultado da Convenção Nacional do PT. Parte da pressão para a troca do candidato também esteve relacionada à queda na aprovação do governo de 43% para 34% em abril.

Finalizado o processo eleitoral, a presidente reeleita Dilma Rousseff tornou suas atenções para a difícil tarefa de **recomposição da base aliada e reestruturação de sua equipe de governo** com ênfase na maior distribuição dos Ministérios entre os partidos aliados e menor influência do ex-presidente Lula. Os nomes anunciados, bem como o processo de negociação e escolha, foram alvo de diversas críticas tanto dos partidos da base, quanto do próprio PT, levando a um desgaste que deve se arrastar ainda pelo segundo mandato da Presidente.

Apesar das resistências apresentadas, o governo conseguiu encerrar o ano com a aprovação de suas prioridades como a **mudança do cálculo do superávit primário** e a **Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015**, ainda em função da expectativa de distribuição do poder no segundo escalão.

## ELEIÇÕES

Juntamente com a realização da Copa do Mundo de Futebol, a realização das **Eleições** para os cargos de Presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais foi decisiva para a redução dos trabalhos do Congresso Nacional e, até mesmo do Poder Executivo, tendo em vista a concentração das atenções políticas em torno da definição de candidatos, formação de alianças e efetiva dedicação às campanhas por parte da maior parte dos parlamentares.

As Eleições deste ano foram marcadas pela trágica morte do candidato à Presidência pelo PSB, **Eduardo Campos** (PE). O candidato que em função de sua liderança no partido rompeu uma tradicional aliança com o PT trouxe grandes alterações na política nacional e no cenário eleitoral. A definição de **Marina Silva** (PSB-AC), então candidata à vice, para liderar a campanha presidencial do partido tornou ainda mais instável a corrida ao Palácio do Planalto, após seu rápido crescimento nas pesquisas, chegando inclusive a liderar as intenções de voto para o segundo turno dias antes da realização do primeiro turno.

Entretanto, **a aclamada terceira via não resistiu aos duros ataques da campanha do PT** na fase final do primeiro turno, fazendo com que a polarização PT-PSDB fosse

novamente reeditada num segundo turno marcado pelo debate sobre economia, desenvolvimento e corrupção, além de polêmicas e ataques pessoais por parte dos candidatos. O resultado das eleições presidenciais foi o mais apertado do período democrático, com uma diferença de apenas 3,5 milhões de votos.

## Resultado 2º Turno Eleições Presidenciais



**Dilma Rousseff** | PT **51,64%** 54.504.118 votos



**Aécio Neves** | PSDB **48,36%** 51.041.155 votos

Nulos	-	4,63%	5.219.787 votos
Branco	-	1,71%	1.921.819 votos
Abstenção	-	21,10%	30.137.479 votos

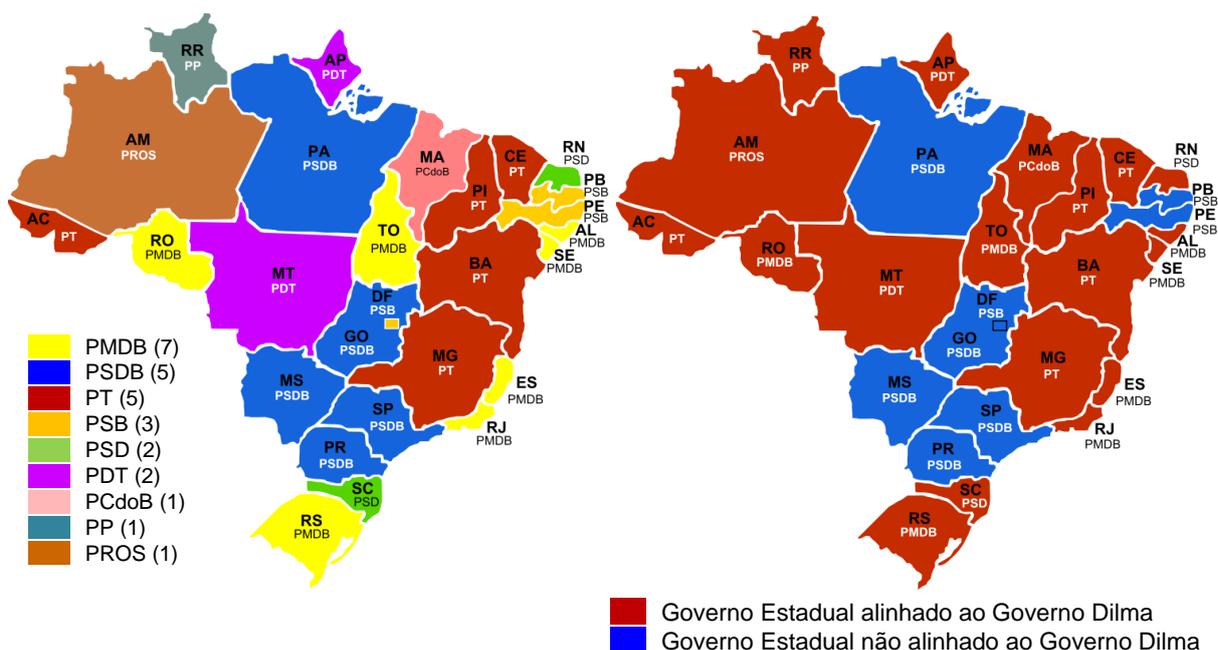
Uma vez mais, a força política do Partido dos Trabalhadores nos estados das Regiões Norte e, especialmente, Nordeste (onde construiu uma vantagem de mais de 12 milhões de votos) foi crucial para a vitória de Dilma Rousseff, derrotada nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Contudo, seus triunfos no Rio de Janeiro e, principalmente, em Minas Gerais (onde Aécio tinha expectativa de vitória por boa margem) foram muito importantes para controlar o crescimento do adversário no Sudeste, tendo em vista que sua vitória nesses estados construiu um saldo de pouco mais de 1,2 milhão de votos para a presidente Dilma. A presidente saiu vitoriosa em 15 estados, enquanto que Aécio obteve maior votação noutros 11, mais o Distrito Federal.

Já a disputa pelos **governos estaduais** corroborou para o cenário de fragmentação partidária, sendo que o número de partidos com governadores subiu de seis para nove, sobretudo com a redução dos governos comandados por PSDB e PSB. O PSDB caiu de 8 para 5 estados, enquanto o PSB saiu de 6 para apenas 3. Os novos partidos a fazer parte do quadro de governadores foram o PDT, PCdoB, PP e PROS. O PMDB se tornou o partido com o maior número de governadores, passando de 5 para 7, enquanto que o PT, com 5, e o PSD, com 2 estados, se mantiveram estáveis. Já o DEM, que governava o Rio Grande do Norte, não conseguiu eleger governadores nestas eleições.

No que pese o **apoio dos governadores eleitos**, o Governo Dilma teve uma pequena vitória ao aumentar o número de estados com governadores da base aliada de 18 para 19 neste segundo mandato. O grande destaque ficou para a conquista pelo PT do Governo do Estado de Minas Gerais: terra natal da Presidente e reduto de seu principal adversário Aécio Neves, além de terceiro maior colégio eleitoral do País.

Governos Estaduais por Partido 2015-2019

Estados X Governo Federal (2015-2019)



As eleições para 27 cadeiras (1/3) do **Senado Federal** mantiveram estável a relação de forças entre o governo e a oposição, com destaque para o crescimento do PSB, que saltou de 4 para 7 senadores. Dos 38 senadores que participaram do processo eleitoral deste ano, apenas 11 (28,94%) tiveram sucesso, sendo 5 reeleitos, 3 eleitos governadores, 2 deputados federais e 1 vice-governador. Apesar disso, dos 27 senadores derrotados nas urnas, apenas 8 ficaram sem cargo eletivo em 2014, pois os demais permanecem no exercício do mandato até 2019.

Já as eleições para a **Câmara dos Deputados** resultaram no aumento de 22 para 28 partidos com representação na Casa – o que deve gerar dificuldades adicionais para o governo face a necessidade de negociação com maior número de interesses políticos. Também a base governista sofreu ligeira redução e caiu de 359 para 304 parlamentares, principalmente pela redução da bancada do PT de 88 para 70 deputados.

**COMPETITIVIDADE E CENÁRIO ECONÔMICO**

Apesar das políticas do primeiro Governo Dilma para a economia terem sido pautadas pelo estímulo ao crescimento por meio de ações com popularidade entre os empresários – como a redução de tributos, refinanciamento de dívidas e facilitação do crédito – tais ações não se mostraram eficazes nos últimos anos e sua mera continuidade em 2014, sem inovações, foi alvo de críticas dos analistas econômicos e alguns setores empresariais face ao baixo crescimento econômico e a persistência da inflação no teto da meta estipulada pelo Governo.

Neste contexto, em 2014, o Governo liberou aportes financeiros para socorrer o **setor elétrico**; renovou os incentivos à **cadeia automotiva** e anunciou a renovação **ao setor**

de informática (computadores e smartphones); alterou a tributação do **mercado de capitais**, com destaque para o favorecimento das micro e pequenas empresas; anunciou a facilitação à **compra de imóveis financiados**; e modificou a regra a que são submetidos os **depósitos compulsórios** das instituições financeiras, visando aumentar a circulação monetária. Todavia, os montantes investidos foram considerados insuficientes para o devido enfrentamento da crise.

Em meio à pressão do setor produtivo em torno de medidas que favorecessem o crescimento da produção nacional o Governo editou ainda a **MPV 651/14**, que tornou permanente a mudança de base da contribuição previdenciária patronal e trouxe medidas de estímulos ao mercado de capitais; reformou o REFIS (Programa de Recuperação Fiscal); e reinstalou o REINTEGRA (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras).

Visando promover ajustes na economia, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BACEN) elevou a **taxa básica de juros**, a Selic, de 10% a.a. para 11,75% a.a. ao longo de 2014. Na primeira reunião de 2015 do Comitê, a tendência de alta se manteve e o índice alcançou a marca de 12,25% a.a.

A **inflação**, alvo de intenso debate ao longo de todo ano, especialmente durante as eleições, fechou o ano passado em 6,41%, segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O valor é superior à taxa aferida em 2013 (5,91%), mas ainda dentro do teto da meta de inflação do Banco Central, de 6,5%.

Indicadores Econômicos 2014		
Indicador	Valor	Comparação 2013
Selic	11,75% a.a.	▲ 1,75
Dólar	R\$ 2,6575	▲ 12,8%
Bolsa	50.007pts	▼ 2,91%
Inflação	6,41%	▲ 0,5
PIB	0,14% *	▼ 2,16
Balança Comercial	- US\$ 3,93 bi	▼ 153%

\* expectativa do setor econômico para o fechamento de 2014

Seguindo a tendência dos últimos anos, o **dólar** fechou o ano com alta de 12,8%, sendo considerado o melhor investimento de 2014. Contudo, nem mesmo a desvalorização do real manteve a atratividade das ações brasileiras, que viu o **índice Ibovespa** encerrar o ano com queda acumulada de 2,91% (frente à queda de 15,5% em 2013).

A **balança comercial** brasileira registrou um déficit de US\$ 3,93 bilhões em 2014, o pior resultado desde 1998, quando o saldo foi negativo em US\$ 6,623 bilhões, afetado pela baixa nos preços das commodities e cenário externo menos favorável. Esse resultado representa uma forte piora com relação aos anos anteriores, que contabilizaram superávits de US\$ 2,56 bilhões (2013), US\$ 19,39 bilhões (2012) e US\$ 29,79 bilhões (2011). Na comparação com 2013, as exportações brasileiras caíram em ritmo superior às importações e recuaram 7% frente à queda de apenas 4,4% de nossas compras no mercado internacional.

O ano também registrou déficit recorde em **transações correntes**, que atingiu US\$ 90,948 bilhões – resultado do mau desempenho da balança comercial sem que o rombo fosse coberto pelos investimentos produtivos do exterior. O resultado negativo do ano

passado foi equivalente a 4,17% do Produto Interno Bruto (PIB), o maior desde 2001, quando representou 4,19% da produção.

Para o **Produto Interno Bruto (PIB)** de 2014, as últimas previsões do mercado estipulam um crescimento de apenas 0,14%. Assim, a expectativa é também que o país tenha tido um crescimento inferior à média da América Latina pelo quinto ano seguido.

O **superávit primário**, alvo de críticas internacionais devido às medidas pouco ortodoxas de seu cômputo adotadas pelo governo nos últimos anos, foi tema de grande disputa política em virtude da proposta do Governo, aprovada pelos congressistas, de flexibilização do limite de abatimentos relacionados às desonerações tributárias e investimentos do PAC, anteriormente fixado em R\$ 67 bi. Com a mudança, o superávit, que chegou a ter como meta atingir R\$ 116,07 bilhões, encerrou o ano estipulado em apenas R\$ 10,1 bi.

As desonerações e o baixo crescimento da economia fizeram as **receitas da União** encerrar 2014 com a primeira queda anual desde 2009, com redução real de 1,79% mediante a arrecadação de apenas R\$ 1,18 trilhão. Durante o ano, as desonerações fizeram o governo federal deixar de arrecadar R\$ 104 bilhões, contra R\$ 74 bilhões em 2013. Já a arrecadação com o Imposto de Renda caiu 0,44%, atingindo R\$ 313 bilhões em 2014.

Seguindo a tendência dos dados financeiros e comerciais, a **geração de empregos** mais uma vez foi destaque negativo em 2014, quando foram gerados apenas 396 mil novos empregos formais, significando um pequeno incremento de menos de 1% na força de trabalho nacional. O resultado de 2014 representa 64% do aferido em 2013 (1,1 milhão) e é o pior resultado anual da série histórica ajustada do Ministério do Trabalho, que teve início em 2002. Já o salário médio de admissão teve um aumento real de 0,92%, atingindo o valor de R\$ 1.181,56, enquanto que a **taxa de desemprego** fechou o ano em 6,8%, registrando queda em relação a 2013, quando a taxa de desocupação foi 7,1%.

## INTERNACIONAL

No **plano internacional**, cabe destacar os resultados das **reuniões dos BRICS** – grupo formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – realizadas em junho. Na ocasião foi anunciada a criação do Banco dos BRICS, que terá o objetivo de financiar projetos de infraestrutura em países emergentes, além de diversos acordos econômicos e tecnológicos, firmados principalmente com a Rússia e China, e a aproximação da China com os países latino-americanos, liderada pelo Brasil.

Entretanto, a manifestação do grupo contrária às sanções internacionais impostas à Rússia em função do conflito armado na Ucrânia e a percepção de que o Brasil estaria apoiando o governo russo em função de vantagens comerciais, especialmente com a redução do fluxo comercial com aquele país, impactaram negativamente a imagem do Brasil.

Já as **relações diplomáticas com os Estados Unidos**, abaladas a partir da exposição do Brasil no caso da espionagem dos Estados Unidos às contas de e-mail e conversas do alto escalão de diversos países (incluindo acesso a conversas da própria presidente Dilma), tiveram passos importantes para seu restabelecimento ao longo de 2014, quando o País chegou a receber visita oficial do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden.

Os dois países encerraram, ainda, em outubro, o contencioso do algodão com a assinatura de Memorando de Entendimento. Pelo acordo, os Estados Unidos se comprometeram a efetuar ajustes no programa de crédito e garantia à exportação, que passará a operar dentro de parâmetros bilateralmente negociados, e realizar o pagamento adicional de US\$ 300 milhões.

No fim do ano, a **Organização Mundial do Comércio (OMC)** aprovou a abertura da maior disputa comercial contra o Brasil sob a alegação de que nossa política de incentivo fiscal viola as regras internacionais, principalmente no setor de veículos e tecnologia. O pleito foi iniciado pela União Europeia com o apoio dos EUA, China, Coreia, Austrália e Japão e o painel aberto para a disputa terá ainda como terceiras partes países como a Índia, Rússia, Argentina, Taiwan e Turquia. O debate pode afetar políticas relacionadas ao Plano Brasil Maior como o Inovar-Auto e outros relacionados à PPB – Processo Produtivo Básico.

O **Mercosul** assistiu a uma queda do comércio entre seus membros de 13% em relação ao ano passado sob forte efeito da crise argentina. Com relação à celebração de novos tratados de livre comércio com terceiros o bloco continua estagnado, não tendo conseguido avançar no acordo entre esse bloco e a União Europeia devido, principalmente, a divergências quanto à oferta de alguns produtos e aos prazos para redução tarifária, resultantes, em grande parte, da posição da Argentina. Todavia, houve um movimento de aproximação com a Aliança do Pacífico (Chile, México, Colômbia e Peru) na busca de pontos de convergência entre os blocos, com debate em novembro sobre temas como mobilidade de pessoas, cooperação em saúde e infraestrutura, exportação de manufaturas e turismo, entre outros.

Em 2014, foram definidos ainda os **três eixos da estratégia comercial brasileira**: o multilateralismo, o fortalecimento comercial com os três grandes players globais (Estados Unidos, União Europeia e China) e a integração produtiva com os países da América Latina. O Governo também lançou o **Brasil Export**, um site informativo que visa a consolidar os dados relacionados à busca de novos parceiros comerciais, a diversificação da pauta de exportação e captação de investimentos estrangeiros.

## PODER EXECUTIVO

O ano de 2014 não contou com o lançamento de novos planos do governo para a economia, se atendo apenas a ajustes e regulamentações aos promovidos nos anos anteriores. Em ritmo de campanha, a presidente Dilma percorreu o País durante o primeiro semestre com enfoque em inaugurações de obras e cerimônias de entrega de

unidades habitacionais do **Programa Minha Casa, Minha Vida** e do **Pronatec** – programas de forte apelo popular que tiveram ainda lançadas novas etapas em junho.

Além dos problemas de articulação e aprovação popular, a presidente Dilma teve ainda que lidar com a **crise do setor elétrico**, que ganhou evidência no início deste ano, num contexto de redução do preço ao consumidor em 20%, falta de chuvas e aumento da necessidade de acionamento das termelétricas – cujos custos de geração são mais caros. Como efeito, além do risco de desabastecimento energético, as empresas distribuidoras de energia sofreram vultosas perdas financeiras no processo, estimadas em R\$ 27 bilhões.

Para minimizar os danos, o Governo anunciou aportes financeiros e autorizou a contratação de financiamento privado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para que as distribuidoras de energia elétrica pagassem as dívidas com as geradoras. Também foi aberto leilão de energia hidrelétrica e térmica para que as distribuidoras pudessem contratar energia, sem recorrer ao mercado livre de energia. As medidas serviram para que o Governo pudesse controlar o crescimento da crise e segurar artificialmente o preço da energia até o fim do ano.

Outro tema sensível para o governo no controle da inflação foi a necessidade de **aumento do preço dos combustíveis**. Visando o controle da inflação e seu impacto sobre a avaliação do governo por parte dos eleitores, os preços dos combustíveis também vinham sendo contidos artificialmente e têm prejudicado os balanços financeiros da Petrobras, que acumula uma perda de mais R\$ 60 bilhões desde o quarto trimestre de 2010 (último resultado positivo da empresa com a área de distribuição). Após as eleições, o governo aprovou um aumento no preço praticado às distribuidoras de 3% para a gasolina e de 5% para o diesel.

Devido às duras críticas surgidas durante sua fase de organização, um dos pontos mais polêmicos do ano para o Governo foi a realização da **Copa do Mundo de Futebol** no Brasil, entretanto, o evento foi considerado um sucesso pela FIFA e não contou com maiores problemas relacionados à de segurança nas cidades-sede, acesso a aeroportos ou manifestações sociais. A estimativa do Governo é que a realização do evento tenha gerado cerca de R\$ 30 bi para o País, incluídos os investimentos em infraestrutura.

No âmbito das relações de **defesa do consumidor**, teve destaque o lançamento do portal **Consumidor.gov.br**, cujo objetivo é se tornar uma plataforma para solução alternativa de conflitos de consumo por meio da internet, que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas. Já quanto ao **Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec)**, não houve avanço na definição da lista de produtos essenciais que deveriam ter soluções imediatas em caso de defeitos.

Com relação às **políticas trabalhistas**, além da continuidade das negociações em torno da estruturação do **E-social**, esperada para entrar em vigor no fim de 2015 ou em 2016, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) **ampliou para nove meses o prazo de contrato de trabalho temporário** e promoveu o debate sobre alterações de diversas

**Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho (NR)**, sendo dez alteradas em 2014, enquanto que outras quatro permanecem em estudo para modificações.

## Normas Regulamentadoras do MTE | instrumentos em revisão

NR	Assunto	Status
1	Prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho	Em estudo
4	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho	Alterada
6	Equipamentos de Proteção Individual	Alterada
9	Programas de Prevenção de Riscos Ambientais	Alterada
13	Caldeiras e Vasos de Pressão	Alterada
15	Atividades e Operações Insalubres (vibração) Atividades e Operações Insalubres (exposição ao calor)	Alterada Em estudo
16	Atividades e operações perigosas (energia elétrica) Atividades e operações perigosas (motoboy)	Alterada Alterada
20	Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis	Em estudo
22	Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração	Alterada
24	Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho	Em estudo
28	Fiscalização e Penalidades	Alterada
29	Segurança e Saúde no Trabalho Portuário	Alterada
30	Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário	Alterada
34	Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval	Alterada
35	Trabalho em Altura	Alterada

Destaca-se ainda intensificação das discussões em torno da **NR 12**, que dispõe sobre o trabalho com Máquinas e Equipamentos, que, apesar de não estar oficialmente em revisão, é alvo de demandas de aprimoramento por parte do setor produtivo desde 2013. Apesar das reuniões da Comissão Nacional Tripartite Temática (CNTT) não terem significado avanços nessa questão, a articulação do setor produtivo sobre o tema colocou a NR 12 na pauta de debate com a Presidente.

A pressão resultou ainda na edição da **Instrução Normativa SIT/MTE nº 109, de 4 de junho de 2014**, voltada ao estabelecimento de acordos entre sindicatos laborais e patronais sobre os equipamentos utilizados, com objetivo de evitar a aplicação de autos de infração quanto ao não cumprimento do disposto na NR 12. Contudo, a instrução foi considerada impraticável pelo setor produtivo.

Outro fato que movimentou a agenda do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nos últimos meses do ano foi o lançamento da nova **Carteira de Trabalho Digital**, que traz como benefícios ao cidadão a entrega do documento no ato da solicitação e a integração das informações de diversos bancos de dados do governo federal.

O destaque no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ficou com a padronização dos procedimentos operacionais nas **exportações de animais vivos** e pelas novas diretrizes e exigências para o **registro dos agrotóxicos**, seus componentes e afins para culturas com suporte fitossanitário insuficiente, bem como o limite máximo de resíduos permitido. Além disso, foi estabelecida normativa quanto às **informações na nota fiscal do pescado** e as normas técnicas específicas para a **Produção Integrada do Tabaco**.

Na **área ambiental**, o grande destaque foi o encerramento do prazo para o fim dos chamados “lixões”, previsto pela **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**. Apesar disso, as estruturas dos municípios e os acordos setoriais ainda necessários à plena aplicação da política não foram finalizados nesse prazo. Dentre os acordos setoriais, houve apenas avanços significativos para as **lâmpadas fluorescentes e embalagens em geral**, que tiveram realizadas as consultas públicas de seus acordos setoriais entre setembro e novembro, todavia, ainda sem a publicação do resultado final do trabalho.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) editou ainda instrução normativa sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e procedimentos gerais do **Cadastro Ambiental Rural (CAR)** – normativa aguardada desde 2012.

Em um ano sem novidades em termos de políticas governamentais, **a maior parte das medidas de destaque do governo foram implementadas por meio de Medidas Provisórias (MPVs)**, como: alteração das regras de tributação de subsidiárias de empresas brasileiras no exterior (**MPV 627/13**); prorrogação do prazo para a destinação de recursos aos Fundos Fiscais de Investimentos (**MPV 634/13**); alterações ao programa InovarAuto (**MPV 638/14**); adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final (**MPV 647/13**); caráter permanente da mudança de base da contribuição previdenciária patronal, medidas de estímulos ao mercado de capitais, remodelação do REFIS e reinstituição do REINTEGRA (**MPV 651/14**); alterações tributárias e financeiras (**MPV 656/14**).

Ao longo do ano, a presidente Dilma Rousseff reduziu mais uma vez a edição de MPVs chegando a 29 (19% a menos do que 2013, quando foram publicadas 35, e 36% a menos do que 2012, que contou com 45 dessas medidas). Dentre as MPVs editadas, dez tiveram sua vigência encerrada por não serem aprovadas dentro do prazo constitucional, sendo que outras duas apresentadas em 2013 também tiveram o mesmo fim. Dessa forma, dentre as 29 com prazo de encerramento de vigência em 2014, 12 (41%) não foram aprovadas pelo Congresso Nacional, frente a 13 (32%) em 2013 e apenas 5 (14%) em 2012. O alto percentual observado se deve às dificuldades de relacionamento do governo com a base aliada e à redução das atividades parlamentares em função da realização da Copa do Mundo e das Eleições.

As principais medidas nessa situação foram as MPVs **629/14** (auxílio às exportações), **641/14** (realização de leilões de energia elétrica de novos empreendimentos), **644/14** (alteração da tabela do imposto de renda da pessoa física), **648/14** (licenciamento de máquinas agrícolas), **649/14** (adiamento para 2015 da punição aos estabelecimentos que não emitirem a nota fiscal discriminando os impostos incidentes na operação) e **652/14** (aviação regional).

## PODER LEGISLATIVO

Diretamente impactadas pelas dificuldades de articulação da base aliada, as atividades legislativas foram reduzidas ainda neste ano pela realização da Copa do Mundo e pelas

movimentações para as eleições de outubro que ensejaram no esvaziamento do Congresso em diversos momentos de junho a outubro.

A realização da **CPI da Petrobrás** e as articulações políticas envolvidas em sua aprovação também desviaram as atenções dos parlamentares da discussão de matérias legislativas, com a criação de duas CPIs, uma do Senado e outra do Congresso. Aprovada durante a crise com a base aliada, a CPI foi perdendo força ao longo de suas audiências conforme a base retomava maior alinhamento ao governo, mas foi suficiente para prejudicar a imagem da Petrobras e desgastar sua presidente, Graça Foster.

Já os danos à imagem do Governo e, especialmente, da presidente Dilma não atingiram a magnitude esperada pela oposição, que viu o surgimento de nomes de seus parlamentares citados como possível envolvimento no esquema e ainda recebeu como contra-ataque do Planalto a instalação de uma CPI para investigar as denúncias de corrupção no metrô de São Paulo. Todavia, a CPI ainda repercute em virtude da denúncia de que as perguntas apresentadas às testemunhas convidadas eram combinadas previamente com parlamentares da base do governo.

Também movimentaram a cena política as denúncias de corrupção envolvendo o então primeiro vice-presidente da Câmara, deputado **André Vargas** (ex-PT-PR) e o deputado **Luiz Argôlo** (SD-BA). As investigações e o processo do Conselho de Ética da Câmara se arrastaram durante todo o ano com a indicação de perda de mandato para os dois parlamentares, acusados de envolvimento em um esquema de lavagem de dinheiro com vinculações com o ex-diretor da Petrobrás, Paulo Roberto Costa. Somente em dezembro, André Vargas viu seu mandato cassado pelo Plenário, enquanto que o processo de Argôlo não foi encerrado até o fim do ano e agora perde seu objetivo, já que o ex-deputado não foi reeleito.

Com relação à produção legislativa, os deputados aprovaram a alteração do **Simplex Nacional** (PLP 221/12) que contou com ampla negociação entre parlamentares e Governo, mediante a condução pessoal do ministro Afif Domingos (Secretaria da Micro e Pequena Empresa). O texto aprovado conta com a universalização do programa a todas as categorias profissionais em um novo anexo da lei, que traz menor redução de tributos do que aqueles concedidos aos atuais beneficiários do Programa. Após a aprovação, o Governo promoveu estudos com institutos de pesquisas econômicas para avaliar o real impacto da medida, bem como determinar o melhor enquadramento tributário a cada atividade. Esses estudos servirão como base para a apresentação de um novo projeto de lei para alteração definitiva do programa.

Ainda na Câmara, o Governo obteve importante vitória no início deste ano ao aprovar o **Marco Civil da Internet** com a inclusão da neutralidade de rede, em meio a grande pressão do Bloco, a tempo da realização do anúncio pela presidente durante o maior evento de TI do Mundo – *Campus Party*. Outro ponto polêmico, a obrigatoriedade de instalação de datacenters no território nacional, foi retirada do projeto. Apesar de ter entrado em vigor no fim de junho, a lei ainda aguarda regulamentação que será feita por meio de um decreto construído a partir de consulta pública.

Também foram destaques a aprovação da prorrogação dos benefícios fiscais da **Zona Franca de Manaus** e da **Lei de Informática**, o **Plano Nacional de Educação – PNE** e

as **novas regras para a criação de municípios**. Outras matérias importantes que avançaram no Congresso foram as alterações da **Lei dos Motoristas Profissionais**, regras para **segurança em casas de espetáculos**, o **Código Nacional de Ciência e Tecnologia, Orçamento Impositivo** e alteração na **partilha do ICMS para transações não presenciais** – com a proposta de transferência integral e gradativa para o estado consumidor. Já matérias mais polêmicas como **Terceirização** e o novo **Código de Mineração**, ficaram em segundo plano em função da falta de consenso político.

Uma das MPVs mais polêmicas apreciadas pelos parlamentares neste ano foi a **MPV 630/14**, que dispunha sobre a ampliação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para obras relacionadas a presídios. Todavia, sob a condução da ex-ministrachefe da Casa Civil, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), o Governo buscou ampliar o regime para todas as contratações públicas durante sua fase de discussões no Senado, visando agilizar e facilitar o processo de contratação.

Após manifestação de grande resistência da oposição e até de parlamentares da base aliada quanto aos riscos associados à maior possibilidade de corrupção com a realização das compras por esse regime, os senadores decidiram aprovar apenas o texto original da MPV. As discussões sobre a lei de licitações continuam tendo como objeto o **PLS 559/13**, no Senado, e o **PL 1292/95**, na Câmara.

Ao longo do ano foram aprovados os nomes de quinze **diretores de agências reguladoras**, com destaque para a recomposição da **ANTAQ** – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, **ANEEL** – Agência Nacional de Energia Elétrica e **ANS** – Agência Nacional de Saúde Suplementar, que contaram com a aprovação de três novos diretores para cada Agência. Ficou pendente ainda de aprovação a indicação de recondução de Bruno Sobral como diretor da **ANS** – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

## Agências Reguladoras | Diretores Aprovados

Agência	Diretor	Situação
<b>ANEEL</b> – Agência Nacional de Energia Elétrica	André Pepitone da Nóbrega	Reconduzido
	Romeu Donizete Rufino	Reconduzido
	Tiago de Barros Correia	Novo
<b>ANS</b> – Agência Nacional de Saúde Suplementar	José Carlos de Souza Abrahão	Novo
	Simone Sanches Freire	Novo
	Martha Regina de Oliveira	Novo
<b>ANTAQ</b> – Agência Nacional de Transportes Aquaviários	Adalberto Tokarski	Novo
	Mário Povia	Novo
	Fernando José de Pádua Costa Fonseca	Novo
<b>ANTT</b> – Agência Nacional de Transportes Terrestres	Jorge Luiz Macedo Bastos	Reconduzido
<b>ANVISA</b> – Agência Nacional de Vigilância Sanitária	Jaime César de Moura Oliveira	Reconduzido
	José Carlos Magalhães da Silva Moutinho	Novo
<b>CVM</b> – Comissão de Valores Mobiliários	Pablo Waldemar Renteria	Novo

Agência	Diretor	Situação
<b>DNIT</b> – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	Adailton Cardoso Dias	Novo
	Valter Casimiro Silveira	Novo

### **Parlamentares em destaque**

No decorrer dos embates políticos realizados durante o ano, alguns parlamentares tiveram ação de destaque por direcionarem as discussões empreendidas ou influenciarem decisivamente em seus resultados.

No exercício de suas funções, o presidente da Câmara dos Deputados, **Henrique Eduardo Alves** (PMDB-RN), e o presidente do Senado Federal, **Renan Calheiros** (PMDB-AL), estiveram no centro do encaminhamento das discussões de Plenário e, em meio à crise com a base aliada, a atuação dos dois parlamentares e o comando exercido dentro do PMDB foram determinantes para o andamento de votações prioritárias para o Governo.

Em continuidade à ascensão ocorrida em 2013, o **deputado Eduardo Cunha** (PMDB-RJ) voltou a se manter como um dos principais atores do Congresso Nacional ao liderar o PMDB da Câmara em tom de descordo com o Governo, tornando-se um personagem central da instabilidade política para o Palácio do Planalto.

Por sua vez, o **senador Romero Jucá** (PMDB-RR) continuou a ser decisivo nas votações dos principais temas discutidos no Senado Federal, principalmente nas negociações de bastidores. O senador conduziu ainda pessoalmente temas bastante delicados para o governo como Medidas Provisórias de cunho tributário, o Orçamento 2014 e a mudança no cálculo do superávit primário.

Já o senador **Aécio Neves** (PSDB-MG), que teve uma atuação apagada na política nacional nos últimos anos, apareceu em 2014 como o grande nome da oposição após os acalorados debates ocorridos no período eleitoral e seu forte desempenho no pleito. Também o senador **Aloysio Nunes** (PSDB-SP), candidato à vice na chapa de Aécio, se destacou como o porta-voz da oposição no Senado Federal ao longo de todo o ano, com destaque para sua atuação na CPI da Petrobras e na Comissão de Constituição e Justiça.

O senador **Vital do Rêgo** (PMDB-PB) ganhou grande exposição ao ser incumbido da relatoria dos Códigos de Processo Civil (CPC) e de Processo Penal (CPP), além de presidir CPMI da Petrobrás. Derrotado na disputa para o governo estadual, o senador assumiu a vaga de ministro do Tribunal de Contas da União – TCU por indicação da presidente Dilma no fim do ano.

Ainda no Senado, **Eunício Oliveira** (PMDB-CE) atuou como líder de seu partido na Casa de maneira a conferir maior estabilidade ao Governo. O senador também se destacou como presidente da Comissão de reforma do Código Penal Brasileiro e por relatar o projeto Antiterrorismo (PLS 499/13) e a MPV 656/14, última medida provisória de conteúdo tributário do ano.

Na Câmara dos Deputados, **Mendonça Filho** (DEM-PE) se destacou pela oposição após assumir a liderança do Democratas e fazer frente direta ao Governo Federal na Casa, especialmente nas votações do Orçamento e da mudança do cálculo do superávit primário.

Após a morte de Eduardo Campos, **Beto Albuquerque** (PSB-RS) acendeu politicamente em 2014 ao assumir a vaga de candidato à Vice-Presidência da República como representante oficial do PSB na chapa com Marina Silva, o que também serviu para consolidar seu papel de liderança na definição dos rumos do partido, como evidenciado na decisão do PSB de apoiar o PSDB no segundo turno das eleições presidenciais.

Também pelo partido, o deputado **Júlio Delgado** (MG) se destacou ao relatar o processo que resultou na cassação do mandato de André Vargas (ex-PT-PR) e ao articular sua candidatura à presidência da Câmara com o PSDB, elemento essencial para a manutenção da aliança com o partido neste ano.

O deputado **Arlindo Chinaglia** (PT-SP) iniciou o ano como líder do Governo na Câmara, deixando o cargo para assumir a Primeira Vice-Presidência da Casa após o afastamento de André Vargas. Devido a seu prestígio e liderança dentro do partido, veio sendo apontado desde 2014 como candidato do PT para concorrer à Presidência da Casa neste ano.

Ao ocupar a vaga deixada por Chinaglia na liderança do Governo, **Henrique Fontana** (PR-RS) retomou sua atuação de destaque no Congresso na defesa de temas de interesse do Planalto.

Já o deputado **Marco Maia** (PT-RS), ex-presidente da Casa, que manteve uma atuação de pouca expressão ao deixar o cargo em 2013, voltou a participar de discussões de maior peso no Congresso ao relatar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobrás.

## PODER JUDICIÁRIO

Uma vez mais, as atividades do **Supremo Tribunal Federal (STF)** ganharam repercussão nos casos de corrupção envolvendo políticos e empresários. No **Mensalão**, houve o desfecho do julgamento final, que resultou na absolvição de réus pelo crime de quadrilha, e as deliberações dos recursos relacionados às solicitações sobre trabalho externo e prisão domiciliar dos condenados. Com o início da operação **Lava-Jato**, que desvendou casos de corrupção na Petrobras, foi definido o ministro **Teori Zavascki** como o relator do processo penal que envolve os investigados com foro privilegiado.

Zavascki homologou a delação premiada do doleiro **Alberto Youssef**, abrindo caminho para o procurador-geral da República, **Rodrigo Janot**, propor denúncia contra políticos citados nos depoimentos e acusados de envolvimento no escândalo.

Também teve destaque a **aposentadoria** antecipada do presidente **Joaquim Barbosa**, que deixou as atividades do tribunal em julho. Com sua saída, o ministro **Ricardo**

**Lewandowski** foi eleito presidente da Corte e os processos de execução penal de todos os condenados do Mensalão foram redistribuídos ao ministro **Luís Roberto Barroso**. Para a vaga de Barbosa, especulam-se alguns nomes, como o ministro de Justiça, **José Eduardo Cardoso**, e o advogado-geral da União, **Luís Inácio Adams**.

Dentre os temas discutidos pelo STF, ganhou destaque a recepção da análise quanto à constitucionalidade da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de proibir de forma genérica a **terceirização da atividade fim**. A matéria ganhou o status de repercussão geral no STF, sob a relatoria do ministro **Luiz Fux**, e aguarda-se o aprofundamento das discussões em 2015.

O STF retomou a análise de um tema que poderá mudar as regras de financiamento de campanhas eleitorais no País. Foram sete votos proferidos no julgamento, até o momento – seis pela impossibilidade de empresas financiarem campanhas e um voto no sentido de se manterem as doações empresariais. O pedido de vistas do ministro **Gilmar Mendes** suspendeu o julgamento.

O Supremo também se pronunciou em outros temas de relevância nacional em 2014, com destaque para os processos que definiram **questões tributárias**, como: a incompatibilidade com a Constituição Federal da norma acerca de cobrança do selo de controle do IPI incidente sobre bebidas alcoólicas; a decisão de que o valor dos descontos incondicionais não integra a base de cálculo do IPI; não incidência de ICMS em operações de importação por leasing; a inconstitucionalidade do Protocolo ICMS 21/11, do Confaz, que exigia, nas operações interestaduais por meios eletrônicos ou telemáticos, o recolhimento de parte do ICMS em favor dos estados onde se encontram consumidores finais dos produtos comprados; a inconstitucionalidade da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo da Cofins; a incidência da contribuição previdenciária sobre parcela relativa à participação nos lucros no período posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988 e anterior à entrada em vigor da Medida Provisória 794/94; e o estabelecimento da prescrição de 5 anos, em vez de 30, aplicável à cobrança de valores não depositados do FGTS.

No **Superior Tribunal de Justiça (STJ)** ocorreram mudanças administrativas, com o fim da gestão do ministro **Felix Fisher** (presidente) e do ministro **Gilson Dipp** (vice) e o início de um novo biênio, sob a presidência do ministro **Francisco Falcão** e vice-presidência da ministra **Laurita Vaz**. Com a posse do ministro Falcão, que ocupava o cargo de corregedor nacional de justiça, assumiu o cargo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelos próximos dois anos, a ministra **Nancy Andrichi**. Aposentaram-se os ministros **Ari Pargendler**, **Gilson Dipp**, **Sidnei Beneti** e **Arnaldo Esteves Lima**, e ingressaram no Tribunal os ministros **Nefi Cordeiro** e **Gurgel de Faria**.

No **Tribunal Superior do Trabalho (TST)**, assumiu **Maria Helena Mallmann** em vaga decorrente da aposentadoria do ministro presidente **Carlos Alberto Reis de Paula**. Nas decisões mais relevantes, o Tribunal reconheceu que o empregado que realiza jornada de trabalho por um período significativamente superior ao previsto em lei deverá receber **indenização moral**, ao considerar que a sobrecarga excessiva de trabalho contraria princípios constitucionais.

Já os trabalhos do **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)** foram marcados pela condução do processo eleitoral e pelo julgamento de casos polêmicos baseados na **Lei da Ficha**

Limpa, com a liberação da candidatura do deputado federal **Paulo Maluf** e o impedimento da candidatura de **José Roberto Arruda** ao governo do Distrito Federal. Em maio, o ministro **Dias Tofolli** foi eleito presidente da Corte no biênio 2014-2016, em substituição ao ministro **Marco Aurélio Mello**.

## PERSPECTIVA 2015

O **segundo mandato da presidente Dilma** inicia com a sinalização de problemas ainda maiores na articulação política do que aqueles observados nos últimos anos, tendo em vista o aumento do número de partidos no Congresso e a crescente instabilidade observada dentro do próprio PT a partir de duras críticas oriundas do partido quanto à nova política econômica adotada pelo Governo. Sem o apoio de seu próprio partido, Dilma fica ainda mais dependente da base aliada que mostrou divergência com relação aos interesses prioritários do governo por diversas vezes no último mandato.

A presidente nunca teve uma forte relação com seu partido ou, muito menos, exerceu liderança sobre os correligionários, mas, a partir de sua reeleição com menor participação do ex-presidente Lula, **passou a adotar uma postura mais independente com relação ao PT**, com medidas distantes de suas bandeiras e sem levar em conta suas divisões internas. Também contribuíram para essa nova postura o enfraquecimento do partido nas eleições e ampliação de alianças partidárias construídas para o novo mandato. Esse contexto resultou no aumento do espaço dos partidos aliados na Esplanada, reduzindo a participação do PT em pastas de maior orçamento, como Ciência e Tecnologia (PCdoB), Desenvolvimento (PTB) e Educação (PROS).

### Redução do poder do PT sobre a destinação dos recursos federais

A partir da nova configuração ministerial para o segundo mandato, o PT passou a controlar apenas 21% dos recursos sobre a verba que os ministros têm poder de decisão de aplicação – metade do porcentual médio registrado no primeiro Governo Dilma.

Já os partidos da base aliada saltaram para 64%, um recorde na administração petista, enquanto que os outros 15%, correspondem a orçamento de pastas vistas como técnicas.

Mesmo com os privilégios concedidos aos aliados em detrimento ao PT, a **condução da reforma ministerial** não garantiu tranquilidade à Presidente nem mesmo nesse início de mandato, sendo considerada “atrapalhada” e autoritária por diversos interlocutores da base de apoio ao governo, face à perda de status de alguns partidos – como PT, PP e PRB – e à imposição feita pelo Planalto quanto aos representantes dos partidos que ocupariam os ministérios – como nos casos de **Armando Monteiro** (Desenvolvimento), **Kátia Abreu** (Agricultura) e **Cid Gomes** (Educação). Como efeito, a redistribuição das pastas desagradou mais do que agradou e gerou ruído nas relações com a base. A expectativa de realinhamento reside agora na distribuição dos cargos do segundo escalão, englobando presidências e altos cargos de empresas e instituições federais, que deve ocorrer a partir de março.

A **coordenação política do Governo** também sofreu modificações importantes para esse novo Governo como reflexo ao momento de maior autonomia da Presidente. Nesse contexto, Dilma privilegiou nomes que ganharam sua confiança, especialmente no

último ano, consolidando o grupo forte do governo, do qual fazem parte os ministros **Aloizio Mercadante** (Casa Civil), **Miguel Rosseto** (Secretaria-Geral), **Pepe Vargas** (Relações Institucionais), **José Eduardo Cardozo** (Justiça) e **Jaques Wagner** (Defesa).

Apesar do prestígio recebido, esse grupo iniciou o ano com uma dura derrota na **eleição do presidente da Câmara dos Deputados**, quando entrou em confronto direto com o ex-líder do PMDB, deputado **Eduardo Cunha** (RJ), em favor do deputado **Arlindo Chinaglia** (PT-SP), seu principal adversário no pleito. O episódio fortaleceu ainda mais a liderança de Cunha sobre os deputados da base aliada com postura mais independente com relação ao Governo e aumentou a indisposição entre ele e o Palácio do Planalto. Como reflexo, o então líder do governo na Câmara, **Henrique Fontana** (PT-RS), foi substituído por José Guimarães (PT-SP), tendo em vista a animosidade existente entre o ex-líder e o novo presidente da Casa.

Em contrapartida, a **reeleição do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) como Presidente do Senado Federal** ajudou a iniciar a reaproximação do Governo com o grupo de Renan – insatisfeito com o espaço recebido na nova configuração da Esplanada. Em meio à divisão do PMDB, representada pela candidatura do senador **Luiz Henrique** (PMDB-SC) à Presidência da Casa, a intervenção do Palácio em apoio a Renan foi considerada decisiva para a confortável vantagem obtida na votação. Além disso, o estresse gerado entre o presidente reeleito e os partidos da oposição pode favorecer o andamento das questões prioritárias do Governo no Senado ao longo do ano.

**A prioridade do governo foi direcionada para o campo econômico** neste novo mandato. O caminho apontado pelo novo ministro **Joaquim Levy** (Fazenda), direcionado à restrição de gastos e aumento de impostos (antagônico ao que vinha sendo praticado pelos governos petistas até então), tem sofrido críticas dentro do próprio PT em razão de seu efeito negativo sobre os direitos trabalhistas, redução dos incentivos fiscais e da política de estímulo ao consumo.

Devido às restrições orçamentárias apresentadas, a orientação geral no início do governo foi que os novos ministros se concentrem na continuidade dos projetos já iniciados na gestão anterior, aguardando os primeiros indícios de recuperação da capacidade fiscal para apresentação de novos programas.

Na outra ponta, o ministro **Armando Monteiro** (Desenvolvimento) tem o desafio de apresentar soluções para alavancar o crescimento da produção nacional diante da redução dos incentivos tributários e cenário econômico adverso. Internacionalmente, **o Brasil terá ainda que responder à Organização Mundial do Comércio – OMC** acerca dos incentivos concedidos à produção de conteúdo local relacionada ao Plano Brasil Maior em painel aberto pela União Europeia com o apoio dos EUA, China, Coreia, Austrália e Japão e que terá ainda como terceiras partes países como a Índia, Rússia, Argentina, Taiwan e Turquia.

Um dos pontos mais sensíveis para o Governo Dilma será novamente a administração da **crise no sistema elétrico**, que dá sinais cada vez mais preocupantes em função do constante acionamento das usinas termoeletricas e a necessidade de importação de

energia da Argentina. O preço da energia, controlado artificialmente nos últimos anos, assim como o da gasolina, deve sofrer aumento de até 40% neste ano.

A **crise hídrica** que, além de São Paulo, agora se apresenta em diversos estados, como Minas Gerais e Rio de Janeiro, também deve ser alvo das atenções prioritárias do governo. Além de reuniões das ministras Izabella Teixeira (Meio Ambiente) e Kátia Abreu (Agricultura) com os secretários estaduais de meio ambiente e de agricultura sobre o assunto, a própria Presidente deve ~~vem~~ mantendo reuniões com os governadores desses estados para encontrar soluções rápidas para a crise.

Neste ano, Dilma terá ainda que enfrentar as crescentes **denúncias de corrupção na Petrobrás** que envolvem seu governo, o que exigirá cada vez mais da habilidade política do Planalto para minimizar o desgaste de seu novo mandato.

No Congresso, o **cenário político da Câmara** já inspirava maior preocupação por parte do Planalto em razão do aumento do número de partidos para negociação, da redução da bancada do PT e da ligeira redução da base aliada. Todavia, a situação se agravou no início deste ano a partir da eleição da Mesa Diretora da Casa, que além de trazer Eduardo Cunha como presidente, resultou na ausência de representantes do PT. Além disso, o processo de formação das bancadas – determinante para a distribuição da presidência das Comissões Permanentes pelos partidos – significou na redução da participação do PT, fazendo com que o partido se afaste do comando das principais comissões da Casa, como a de Constituição, Justiça e de Cidadania – CCJC e a de Finanças e Tributação – CFT.

No **Senado** a situação é mais estável, pois se manteve equilibrada a relação oposição/base aliada, entretanto, não há espaço confortável para aprovação de reformas. Além disso, espera-se que a presidente deva enfrentar uma oposição mais aguerrida, especialmente com a eleição dos senadores **Tasso Jereissati** (PSDB-CE), **José Serra** (PSDB-SP), **Ronaldo Caiado** (DEM-GO) e **Antônio Anastasia** (PSDB-MG). O grupo contará ainda com a força do reeleito **Álvaro Dias** (PSDB-PR) e dos senadores **Aécio Neves** (PSDB-MG) e **Aloysio Nunes** (PSDB-SP), revigorados após a expressiva votação obtida no segundo turno.

Em alinhamento às preocupações do Poder Executivo, a expectativa é que a pauta do Congresso seja dominada por temas econômicos, destacando as medidas do governo para ajuste fiscal, a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA 2015); unificação do ICMS e convalidação dos benefícios do imposto concedidos à margem do CONFAZ (PRS 1/13); nova alteração da sistemática do Simples Nacional; e alteração do ICMS do Comércio Eletrônico (PEC 197/12) que retorna agora ao Senado Federal após aprovação da Câmara na primeira sessão legislativa de 2015.

Entre os demais temas a serem tratados neste ano estão a Política Nacional de Participação Social (PDS 147/14) e a Política Nacional de Biodiversidade e Patrimônio Genético (PL 7735/14), a Reforma Política (PEC 352/13). Outro item que pode entrar na agenda prioritária de debates no Congresso é a **regulamentação da mídia**, liderado pelo PT, mas sem o apoio da presidente Dilma. Atualmente, um anteprojeto de lei aguarda o recebimento de assinaturas on-line para sua entrada como projeto de lei de iniciativa popular no Congresso Nacional. Entre os principais dispositivos previstos

estão a criação do Conselho Nacional de Comunicação e do Fundo Nacional de Comunicação Pública, veto à propriedade de emissoras de rádio e TV por políticos e proibição do aluguel de espaços da grade de programação.

Uma movimentação política importante aguardada para este ano é a **criação do novo Partido Liberal**, capitaneado pelo novo ministro das Cidades, Gilberto Kassab (PSD), que pretende agregar um grande número de parlamentares dos pequenos partidos e pode ajudar a aumentar a base de apoio do Governo Dilma.

No **plano internacional**, além da abertura do painel na OMC contra as medidas de estímulo à produção local, a retomada à normalidade das relações diplomáticas com os Estados Unidos e a continuação das tratativas em torno do acordo comercial Mercosul-União Europeia devem centralizar as atenções do Itamaraty.

No **Poder Judiciário**, há grande expectativa quanto aos desdobramentos da operação **Lava-Jato**, com a exposição dos nomes de políticos e detalhes das operações que envolvem os negócios da Petrobras. O Procurador-geral, **Rodrigo-Janot**, deve iniciar em março a apresentação das denúncias contra as autoridades detentoras de foro privilegiado. Para os demais investigados, empresários da construção civil, diretores da estatal e outros operadores do esquema, os processos devem permanecer no âmbito da 1ª instância.

A questão dos **incentivos do ICMS**, sem convalidação pelo Confaz, pode ser retomada pelo Supremo, bem como o julgamento da proibição de **financiamento de empresas no processo eleitoral**. Quanto aos incentivos, embora o Supremo tenha declarado inconstitucionais diversas leis estaduais, as discussões no Congresso Nacional têm tido relativo avanço no sentido de resolver questões afetas à **guerra fiscal**. Já quanto ao financiamento privado nas eleições, os parlamentares deve reagir à interferência do Judiciário nessa questão, com a retomada da discussão sobre a **reforma política**.